

FEMINISMOS, TRANSFEMINISMOS E PRÁXIS SOCIOPOLÍTICA NA MARCHA MUNDIAL DAS MULHERES/BRASIL

FEMINISMS, TRANSFEMINISMS AND SOCIOPOLITICAL PRAXIS IN THE WORLD MARCH OF WOMEN/BRAZIL

FEMINISMOS, TRANSFEMINISMOS Y PRÁCTICA SOCIOPOLÍTICA EN LA MARCHA MUNDIAL DE LA MUJER/BRASIL

Maria Helena Santana Cruz 

Universidade Federal de Sergipe – Brasil

Ana Paula Leite Nascimento 

Universidade Federal de Sergipe – Brasil

Resumo: O trabalho apresenta as diversidades dos feminismos e transfeminismos, destacando os contributos teóricos e a práxis. Relata vivências das mulheres visibilizando a práxis sociopolítica feminista e transfeminista no âmbito da Marcha Mundial das Mulheres, considerando a particularidade brasileira. Configurou-se como pesquisa feminista, fundamentada em premissas críticas e dialéticas. Recorreu-se ao procedimento de levantamento bibliográfico e mapeamento nas redes sociais do Facebook, Instagram e Twitter para a exposição e análises dos dados extraídos de perfis da Marcha Mundial das Mulheres no Brasil entre 2015 e 2020. Embora as mulheres enfrentem cotidianamente situações de opressão, exploração e violências, se articulam para ruir sistemas de opressão, dominação, exploração e extermínio da vida. As teorias feministas e transfeministas sucedem processos de consciência crítica das mulheres, que resultam transformações societárias. A formação crítica alicerça a práxis sociopolítica das mulheres nos diferentes movimentos feministas e transfeministas, que agregam múltiplas representatividades do construto mulheres, as quais constroem unidades nas lutas sociais em redes e nas ruas, potencializando a resistência e a força das mulheres.

Palavras chave: Feminismos; Práxis sociopolítica; Transfeminismos.

Abstract: The work presents the diversities of feminisms and transfeminisms, highlighting the theoretical and praxis contributions. It reports women's experiences making visible the feminist and transfeminist sociopolitical praxis in the context of the World March of Women, considering the Brazilian particularity. It was configured as a feminist research, based on critical and dialectical premises. The bibliographic survey and mapping procedure on Facebook, Instagram and Twitter social networks was used to expose and analyze the data extracted from the profiles of the World March of Women in Brazil between 2015 and 2020. Although women face daily situations of oppression, exploitation and violence, are articulated to collapse systems of oppression, domination, exploitation and extermination of life. Feminist and transfeminist theories follow processes of critical awareness of women, which result in societal transformations. Critical formation underpins women's sociopolitical praxis in different feminist and transfeminist movements, which aggregate multiple representations of the women construct, which build units in social struggles in networks and on the streets, enhancing women's resistance and strength.

Keywords: Feminisms; Sociopolitical práxis; Transfeminisms.
página

Resumen: El trabajo presenta las diversidades de feminismos y transfeminismos, destacando los aportes teóricos y práctica. Relata las experiencias de las mujeres visibilizando la práctica sociopolítica feminista y transfeminista en el contexto de la Marcha Mundial de las Mujeres, considerando la particularidad brasileña. Se configuró como una investigación feminista, basada en premisas críticas y dialécticas. Para exponer y analizar los datos extraídos de los perfiles de la Marcha Mundial de las Mujeres en Brasil entre 2015 y 2020, se utilizó el procedimiento de levantamiento bibliográfico y mapeo en las redes sociales Facebook, Instagram y Twitter. Aunque las mujeres enfrentan situaciones cotidianas de opresión, explotación y violencia, se articulan para derrumbar sistemas de opresión, dominación, explotación y exterminio de la vida. Las teorías feministas y transfeministas siguen procesos de conciencia crítica de las mujeres, que resultan en transformaciones sociales. La formación crítica sustenta la práctica sociopolítica de las mujeres en diferentes movimientos feministas y transfeministas, que agregan múltiples representaciones del constructo femenino, que construyen unidades en las luchas sociales en redes y en las calles, potenciando la resistencia y la fuerza de las mujeres.

Palabras clave: Feminismos; Práctica sociopolítica; Transfeminismos.

Introdução

Nesse estudo, nos propomos ao breve resgate das memórias e dos contributos dos feminismos, em sua trajetória secular, e dos transfeminismos, com sua história mais recente e em crescente ascensão. O exercício da reflexão alicerçou-se no pressuposto de que feminismos e transfeminismos são ao mesmo tempo campos teóricos e movimentos sociais que dão materialidade à práxis cotidiana, reafirmando a indissociabilidade entre teoria e prática.

Abordamos os feminismos e os transfeminismos em suas diversidades, reconhecendo os diferentes tempos e contextos em que emergem, se consolidam, reconstroem e apresentam suas novas e múltiplas expressões contemporâneas. Para retratar experiências de organização, mobilização, resistências e lutas sociais protagonizadas pelas mulheres, trouxemos registros da práxis sociopolítica feminista e transfeminista na Marcha Mundial das Mulheres no Brasil.

A pesquisa caracteriza-se como feminista, baseando-se em fundamentos teóricos e metodológicos críticos e dialéticos. Realizamos levantamento bibliográfico para respaldar a revisão de literatura e as análises; e mapeamento nas redes sociais do Facebook, Instagram e Twitter em páginas brasileiras da Marcha Mundial das Mulheres para o acesso aos dados dos movimentos em redes e também protestos nas ruas do país, no período de 2015 a 2020.

Diversidades dos feminismos e transfeminismos

Concebemos as diversidades dos feminismos e transfeminismos em suas memórias históricas, concepções teóricas e práxis cotidiana, que fundamentam e evocam as lutas feministas e transfeministas. A partir dessa multiplicidade, discutem-se as condições de vida

das mulheres, estimulam-se a consciência crítica, estruturam-se projetos políticos e concretizam-se transformações. A consciência crítica das mulheres, desde o nascedouro aos dias atuais, aponta direções cotidianas para percepções, análises e enfrentamentos dos processos que as mulheres vivenciam e/ou sofrem nos diferentes espaços (públicos ou privados) que ocupam, se fazem presentes e constroem.

Cada contexto conjuntural e estrutural foi cenário para formas específicas de organização, debates, articulações e lutas encampadas pelos movimentos feministas e transfeministas, que apresentaram similitudes e particularidades das bases teóricas, pautas e táticas de lutas, no âmbito internacional e nacional. Apresentaremos sumariamente as “ondas do feminismo”, a fim de mapear a história do movimento, gerações dos projetos feministas, premissas teóricas, suas lutas e resistências políticas, por meio de diversas atividades feministas em diferentes períodos de tempo, com influência marcante nas transformações societárias.

A “primeira onda” do feminismo é igualitária, fundamentando-se no sufrágio e nas lutas pela igualdade de direitos para homens e mulheres: a luta pelo direito político (o sufrágio feminino), pelo acesso à educação e à saúde. Buscava-se uma sociedade sem hierarquia de gênero: o gênero não utilizado para conceder privilégios ou legitimar opressão. Merecem destaque campanhas e manifestações, com visibilidade na virada do século XIX, pelos direitos sexuais, econômicos e reprodutivos, nas quais as mulheres pautavam o direito pelo próprio corpo com vistas a respeitar seus sentimentos e desejos. (LOURO, 1997; CRUZ, 2014).

Na “segunda onda”, o feminismo caracteriza-se como diferencialista, na ênfase no conceito de gênero, nas diferenças entre as próprias mulheres (lésbicas, negras, pobres, trabalhadoras etc.). O lema “o pessoal é político” foi adotado para que as mulheres se “livrassem da própria culpa” e tentassem enfrentar as situações da vida recorrendo a uma espécie de “terapia política”, que possibilitasse a todas pensarem por si mesmas. E assim pudessem “[...] ressignificar, politizar o cotidiano, e entender que existe uma estrutura de poder por trás do que, até então, era visto como ‘natural’”. (CRUZ, 2014, p. 21).

Além de lutar pela valorização do trabalho da mulher, o direito ao prazer, contra a violência sexual, também lutou no momento de crise da democracia contra a ditadura militar: problemas culturais e políticos se mesclam, e as mulheres estavam encorajadas a combater as estruturas sexistas do poder. Como aportes teóricos dessa onda, o livro “O segundo sexo”, de Simone de Beauvoir, alicerça o feminismo constituído na década de 1960: a autora mostra o caminho da liberdade feminina e desnaturaliza o ser mulher ao afirmar que “ninguém nasce mulher: torna-se mulher” (BEAUVOIR, 1967, p. 9). E o livro “A mística feminina”, de Betty Friedan (1971), impulsiona um novo processo de conscientização feminista ao criar uma

identidade coletiva capaz de gerar um movimento social libertador, analisando a construção da imagem da mulher como dona de casa perfeita, mãe e esposa. (GARCIA, 2011).

A “terceira onda” remonta à década de 1990, circunscrita pelo feminismo “difuso”, “especializado”, a onguização, início da institucionalização, e é constituída, de fato, por uma multiplicidade de feminismos que não visam à hegemonia de uma tese sobre a outra. Na complexa trama desse processo teórico, Judith Butler (2012) oferece importante contribuição com o livro “Problemas de gênero”, um dos grandes marcos teóricos da terceira onda, com a crítica radical ao conceito de mulheres como sujeito do feminismo, sua base fundacional dualista, ao modelo binário, empreendendo uma tentativa de desnaturalizar o gênero, pois:

[...] Supor que gênero sempre e exclusivamente significa as matrizes “masculino” e “feminina” é perder de vista o ponto crítico de que essa produção coerente e binária é contingente, que ela teve um custo, e que as permutações de gênero que não se encaixam nesse binarismo são tanto parte do gênero quanto seu exemplo mais normativo. (BUTLER, 2014, p. 253).

Butler, uma das pioneiras da teoria *queer*, abriu caminho para uma participação mais destacada de outras categorias além de mulheres no feminismo, deu origem a novas ramificações do movimento, como o transfeminismo. Ela defende que o gênero é fluido, não estável, não binário, performativo e criado pela repetição de atos, que dão a ilusão de uma identidade natural. O sexo/sexualidade como o gênero também é considerado como um produto social construído, em uma correspondência específica a da heteronormatividade, pautada na finalidade reprodutiva da sexualidade. A discussão sobre sexualidade permeia o movimento feminista contemporâneo (o que antes era patriarcado agora é heteropatriarcado), a questão de gênero, de desejo, de sexualidade, papéis atribuídos a homens e mulheres é agora uma questão de identidades sexuais. O corpo é pensado com infinita possibilidade de transformação social (dispositivos e tecnologias corpóreas como: piercing, silicone, tatuagem, travestimento, entram em jogo para questionar a ordem binária que exclui os corpos abjetos).

Embora não seja consenso uma “quarta onda” feminista, referendamos a sua emergência, cuja nascente foi em 2015. Observa-se o reforço na institucionalização estatal (parlamento e executivo), na transversalização de gênero, na interseccionalidade entre movimentos e marcadores de diferenças, na solidariedade movimentalista e na moldura transnacional, com interlocução entre o local e o global. Entre os desafios estão: a horizontalização dos movimentos feministas e a construção coletiva do diálogo intercultural e intermovimentos. (MATOS, 2010a; MATOS, 2010b). Ressalta-se a contribuição teórica importante do feminismo negro com a ênfase na interseccionalidade, conceito concebido por Kimberlé Crenshaw:

[...] A interseccionalidade é uma conceituação [...] que busca capturar as [consequências] estruturais e dinâmicas da interação entre dois ou mais eixos da subordinação. Ela trata especificamente da forma pela qual o racismo, o patriarcalismo, a opressão de classe e outros sistemas discriminatórios criam desigualdades básicas que estruturam as posições relativas de mulheres, raças, etnias, classes e outras. (CRENSHAW, 2002, p. 177).

Com a grande visibilidade das demandas das mulheres na sociedade, cada vez mais se ouve falar em “novo feminismo” ou “quarta onda do feminismo”, propondo a desconstrução das teorias feministas e das representações que pensam a categoria gênero como binária, ou seja: masculino/feminino. O discurso universal é anunciado como excludente, pois as mulheres são oprimidas de modos diferentes, tornando-se necessário discutir gênero com recorte de classe, raça, sexualidade, entre outros marcadores, considerando as especificidades das desigualdades e dos eixos de subordinação. A “quarta onda” é marcada pela popularização, democratização e massificação do feminismo, com uma nova leva de feministas conectadas às redes sociais: um novo modelo de organização de nossa sociedade que compõe formas de interação econômica, política e cultural.

Os feminismos comportam o transfeminismo, como pensamento e práxis feminista que se encontra em metodologia de construção: “[...] é uma literatura de fronteira. De no máximo cinco anos de desenvolvimento por estas paragens brasileiras, e que por isso mesmo estão sendo delineados os seus horizontes teóricos e éticos”. (JESUS, 2014a, p. 6). Captamos que:

[...] o transfeminismo, algumas raras vezes chamado de feminismo transgênero, prolifera pela *internet*, anuncia-se em *blogs* e se confraterniza em redes sociais, e pode ser definido como uma linha de pensamento e de prática feminista que rediscute a subordinação morfológica do gênero (como construção psicossocial) ao sexo (como biologia), condicionada por processos históricos, criticando-a como uma prática social que tem servido como justificativa para a opressão sobre quaisquer pessoas cujos corpos não estão conformes à norma binária homem/pênis e mulher/vagina, incluindo-se aí: homens e mulheres transgênero; mulheres cisgênero hysterectomizadas e/ou mastectomizadas; homens cisgênero orquiectomizados e/ou “emasculados”; e casais heterossexuais com práticas e papéis afetivossexuais divergentes dos tradicionalmente atribuídos, entre outras pessoas. (JESUS, 2014a, p. 5, grifos originais).

No campo do transfeminismo evidencia-se multiplicidade teórica e de práticas:

[...] como em qualquer dos feminismos, também o transfeminismo não pode ser entendido como único, porém, de forma genérica, pode-se entender que há princípios sem os quais uma determinada linha de pensamento do feminismo não pode ser considerado transfeminista: 1. redefinição da equiparação entre gênero e biologia; 2. reiteração do caráter interacional das opressões; 3. reconhecimento da história de lutas das travestis e das mulheres transexuais e das experiências pessoais da população transgêneros de forma geral como

elementos fundamentais para o entendimento do feminismo; e 4. validação das contribuições de quaisquer pessoas, sejam elas transgênero ou cisgênero, o que leva ao fato de que, por sua constituição, o transfeminismo pode ser útil para qualquer pessoa que não se enquadra no modelo sexista de sociedade que vivemos, não apenas as transgênero. (JESUS, 2014b, p. 249).

A base dos transfeminismos é forjada na internet, sendo legatários dos fundamentos políticos alicerçados no processo de consciência política e resistência das pessoas trans (travestis, transexuais, pessoas não binárias, *crossdressers*, e outros humanos inominados); e dos fundamentos e das contribuições teórico-práticas do feminismo negro, principalmente do princípio da interseccionalidade, da não hierarquia de opressões, da denúncia da vinculação de gênero a modelos supremacistas de quem sejam homens ou mulheres, das falas das pessoas historicamente oprimidas e do questionamento do conceito de mulher do qual se apropriam as feministas brancas. (JESUS, 2014a; JESUS, 2018).

Feminismos que não incluem as mulheres trans são (re)produtores de discursos e práticas que reforçam as relações de poder e dão coro às opressões de gênero, além de se mostrarem contraditórios na defesa de bandeiras pelo fim das violências e opressões de gênero. Feminismos com essa formatação precisam ser questionados e revistos para recuperar a criticidade dos seus fundamentos, ampliar a representação e concepção do construto mulheres, alargar as bandeiras e suplantar as contradições que os moldam a ponto de estarem equivocadamente reduzindo às mulheres ao aspecto biológico.

Enquanto “espaços alternativos de sociabilidade, as redes digitais têm possibilitado a propagação, com menos intermediários e para uma audiência relativamente grande, de contradiscursos acerca de regras estabelecidas de comportamento e de modelos fixos de identidade”. (JESUS, 2018, p. 14). Salienta-se que esses contradiscursos são potentes e “reafirmam os aspectos mais inclusivos dos feminismos interseccionais”. (JESUS, 2018, p. 14).

A diversidade de manifestações em rede levanta a questão de estarmos diante de um novo feminismo, isto é, de manifestações contemporâneas dos feminismos e dos transfeminismos, em que o ciberativismo teria um papel fundamental, alterando as formas de mobilização social. As novas Tecnologias de Informação e Comunicação (TICs) estão assumindo papel expressivo na ampliação da visibilidade dos movimentos sociais e processos de associativismo civil, potencializado pela disseminação da internet, ao final do século XX, quando alguns movimentos sociais vislumbraram e experimentaram novos caminhos para espalhar sua mensagem e gerar engajamento. A apropriação das novas TICs pelas mulheres ativistas nos tempos atuais proporcionou conexões feministas e transfeministas com trocas de vivências,

formação sociopolítica, sororidade e militância mediadas por essas tecnologias. (BUIIONI; LOPES, 2018; NATANSOHN; REIS, 2017).

O advento da internet no Brasil ocorreu nos anos 2000, só que, ao comparar a sua inauguração, popularização e domínio do ciberespaço com outros países da Europa, Oceania e América do Norte, a experiência na América Latina e no Brasil é tardia. Apesar disso, conseguiu produzir mudanças significativas nas formas de comunicação, interação e na atuação militante das feministas. No Brasil, aconteceram campanhas expressivas a partir de 2010, que foram encabeçadas por páginas feministas, ligadas às redes sociais como o Facebook e o Twitter, com abordagens de assuntos sobre assédio, abuso sexual, machismo, misoginia, entre outros conteúdos. As campanhas apresentavam pautas e temáticas transformadas em hashtags ou publicadas de outra maneira em qualquer espaço disponibilizado na rede. As hashtags #MeuPrimeiroAssédio, #MeuAmigoSecreto e #AgoraÉQueSãoElas protagonizaram campanhas que conseguiram mobilizar milhares de mulheres, as quais compartilharam suas experiências para mostrar, bem como denunciar, episódios de machismo, abuso sexual e misoginia. Ao ganharem espaço e grande adesão, demonstraram a função das ferramentas digitais das redes sociais, comprovada mediante o alcance dessas campanhas, ademais, contribuiu para a interconexão das mulheres de várias cidades do país por meio de seus comentários e histórias que foram compartilhadas, até viralizadas. (DUTRA, 2018).

O ano de 2015 figurou como o ponto alto de uma mobilização físico-virtual crescente que se retroalimentava dos acontecimentos e fenômenos que provocaram e instigaram a articulação de milhares de mulheres nas redes e nas ruas. A articulação e a mobilização *on-line* foram tão surpreendentes e em uma diversidade de frentes e pautas que a mídia batizou o ano de 2015 como a Primavera das Mulheres, em alusão à Primavera Árabe. Nesse processo, a identidade feminista e transfeminista se fortaleceu na medida em que muitas mulheres, ao exercitar o compartilhamento, estavam também a se identificar com o feminismo e o transfeminismo na rede, e isso foi responsável por traçar um novo caminho muito mais plural e democrático, desconstruindo estereótipos que foram cultivados durante muito tempo em relação aos movimentos feministas e transfeministas. (BUIIONI; LOPES, 2018; DUTRA, 2018; NATANSOHN; REIS, 2017).

Práxis sociopolítica na Marcha Mundial das Mulheres (MMM/Brasil)

Visibilizaremos experiências, vivências e a práxis sociopolítica das mulheres no contexto da Marcha Mundial das Mulheres (MMM/Brasil). Iremos apresentar algumas formas de organização, mobilização e lutas sociais através das redes sociais e também da ocupação das

ruas do Brasil. Consideramos os eventos identificados nas redes sociais Facebook, Instagram e Twitter, e manifestações que aconteceram em diferentes regiões do país no período de 2015 a 2020, nos marcos da Primavera Feminista, conforme o levantamento realizado.

A página do Facebook¹ Marcha Mundial das Mulheres possui 44.720 seguidoras/es, totalizando 43.564 curtidas. A página do Instagram² soma 975 publicações e 13,9 mil pessoas seguem. A página do Twitter³ totaliza 21,9 mil seguidoras/es e 8.069 tweets. Na descrição da página do Facebook, a Marcha Mundial das Mulheres é um movimento feminista internacional, anticapitalista, antirracista, que luta para mudar o mundo e a vida das mulheres, integrando a construção de igualdade e liberdade das mulheres às lutas por transformações globais na sociedade. Como principais bandeiras, estão a luta contra a pobreza e a violência sexista, a luta contra mercantilização do corpo da mulher, pela legalização do aborto, entre outras.

No dia 12 de novembro de 2015, aconteceu, em São Paulo, a mobilização pelo #ForaCunha. Nas redes sociais⁴, foi criado o evento “2ª MANIFESTAÇÃO CONTRA O PL 5069. Pílula fica, Cunha sai. #MulheresContraCunha”, com 9,5 mil pessoas que responderam: 5,9 mil compareceram e 3,6 mil assinalaram interesse. Manifestantes⁵, maioria de mulheres de diversos coletivos, em defesa dos direitos femininos, protestaram contra o presidente da Câmara dos Deputados, Eduardo Cunha (PMDB), autor do Projeto de Lei (PL) nº 5.069/2013. Com faixas e cartazes, apresentaram-se contra esse PL que dificulta o aborto legal em caso de estupro, pediram a saída de Cunha da presidência da Casa e protestaram contra o machismo e a violência sexual. (PIZA, 2015, *online*).

No Rio de Janeiro, em 12 de novembro de 2015, aconteceu protesto⁶ contra Cunha: 5 mil manifestantes participaram do ato, com a maioria de mulheres. Na mesma linha de enfrentamento dos atos em outras cidades, essa mobilização feminina apresentava como foco central as propostas do parlamentar que contrariavam direitos das mulheres, particularmente, o PL 5069/13 que modificava a lei de atendimento às vítimas de violência sexual. Essa proposta criminaliza a propaganda, o fornecimento e a indução ao aborto e a métodos abortivos, constituindo-se como um grande retrocesso aos direitos conquistados pelas mulheres. Nas faixas, nos cartazes, nas músicas e nas palavras de ordem, demarcavam a luta histórica pelos

¹ Disponível em: <https://www.facebook.com/marchamundialdasmulheresbrasil/>. Acesso em: 24 ago. 2020.

² Disponível em: <https://www.instagram.com/marchamulheres/>. Acesso em: 31 ago. 2020.

³ Disponível em: <https://twitter.com/marchamulheres>. Acesso em: 18 ago. 2020.

⁴ Disponível em: https://m.facebook.com/events/139656189724376?active_tab=about. Acesso em: 1 dez. 2020.

⁵ Imagens do Ato em São Paulo (2015) disponíveis em: https://www.facebook.com/events/139656189724376?active_tab=about e <http://g1.globo.com/sao-paulo/noticia/2015/11/manifestacao-contra-cunha-fecha-sentido-da-avenida-paulista.html>.

⁶ Imagens do Levante no Rio de Janeiro (2015) disponíveis em: <http://g1.globo.com/rio-de-janeiro/noticia/2015/11/protesto-contra-eduardo-cunha-reune-mulheres-no-centro-do-rio.html>.

direitos da mulher, com a pauta reivindicatória “É pela vida da mulher”. As mulheres denunciavam os agravos da clandestinidade do aborto, tendo em vista que figura como grande responsável pela morte de várias mulheres que desejaram interromper a gravidez. De igual modo, exponenciaram o retrato do feminicídio no país, citando que, em 2013, o Mapa da Violência contabilizou a média de 13 mulheres assassinadas por dia; e que, em dez anos, aumentou 54% o número de mulheres negras assassinadas no Brasil. (SILVEIRA, 2015).

Articuladas com palavras de ordem e hashtags #MulheresContraCunha e #ForaCunha, as mulheres ocuparam as ruas no 25 de novembro: Dia Internacional de Combate à Violência Contra as Mulheres. Foi criado o evento⁷ “Todas na rua contra o Cunha e a violência contra as mulheres!”: as mulheres estavam nas ruas por uma vida livre de violência, pela legalização do aborto, contra Cunha, o PL 5069 e o avanço do conservadorismo machista. Na página Marcha Mundial das Mulheres, entoaram “Vamos, juntas, gritar bem alto: A violência contra a mulher não é o mundo que a gente quer! Se tem violência contra a mulher, a gente mete a colher!”, como instrumento de reflexão e mobilização pelas redes, e realizaram manifestações em São Paulo, Belo Horizonte, Fortaleza, Juiz de Fora, Salvador, Porto Alegre, entre outras cidades.

Em Natal, no dia 26 de novembro de 2015, teve ato contra Eduardo Cunha, alvo de processo de cassação e autor do PL 5069, o que potencializou ainda mais a insatisfação das/os trabalhadoras/es, mulheres, negras/os e LGBTs a irem às ruas em protesto. Considerando a Semana da Consciência Negra e o Dia Latino-americano e Caribenho de Luta Contra a Violência à Mulher (25 de novembro), a mobilização retratou a agravante situação das mulheres negras por causa dos altos índices de violência contra as mulheres. De acordo com o Mapa da Violência 2015, o Brasil assumia o 7º lugar no ranking de feminicídios, e, infelizmente, subiu para 5º lugar. No Rio Grande do Norte, a taxa de agressão a mulheres atinge a maior marca do país, cujos números são alarmantes ao se referir à realidade das mulheres negras: constatou-se, lamentavelmente, aumento dos assassinatos contra mulheres negras de 16 para 59, somando um acréscimo de 268,8%, sendo o 3º maior do país. Na mobilização e organização do ato, estiveram presentes diversos movimentos sociais, sindicais e estudantis. (AGORA RN, 2015, *online*).

A mobilização #LuanaBarbosaPresente denunciou o ocorrido no dia 13 de abril de 2016 com Luana, que foi abordada por policiais militares na periferia de Ribeirão Preto e, ao negar ser revistada pelos homens exigindo que fosse feita por uma policial do sexo feminino, previsto em lei, Luana Barbosa foi brutalmente espancada, chegando a falecer cinco dias depois com o laudo de isquemia cerebral e traumatismo crânio-encefálico. Luana era negra, homossexual e

⁷ Disponível em: https://www.facebook.com/events/1506077239686760/?active_tab=about. Acesso em: 1 dez. 2020. No evento em São Paulo, compareceram 3,9 mil pessoas e 3,5 mil pessoas se interessaram.

morava na periferia, tornando-se símbolo do movimento lésbico, especialmente entre as mulheres pretas e periféricas. O caso brutal teve repercussão e levou ao pronunciamento da ONU Mulheres e do Alto Comissariado da ONU para os Direitos Humanos (ACNUDH): declarando que a morte de Luana foi um caso emblemático da prevalência e gravidade da violência racista, de gênero e lesbofóbica no Brasil. (WARKEN, 2020, *online*).

Em 26 de abril de 2016, as mulheres foram às ruas de São Paulo e disseram “Nem recatadas, nem do lar! Fora Temer, Cunha e Bolsonaro! Esse impeachment é golpe!”. No evento criado no Facebook⁸, 24,7 mil pessoas responderam: 6,8 mil foram e 17,9 mil manifestaram interesse. O protesto⁹ foi um repúdio ao retrocesso na democracia brasileira e às posturas das/os parlamentares que votaram e defenderam a saída da presidenta Dilma Rousseff, reproduzindo discursos que expressavam ódio e machismo em defesa dos interesses de antigas oligarquias políticas e dos grandes interesses econômicos. A argumentação também esteve relacionada à defesa de um modelo de família conservadora, ao reforço da precarização do trabalho, contra a legalização do aborto, e da ditadura militar. As narrativas se revelaram machistas, fundamentalistas, patriarcais e misóginas, apoiadas por instituições sociais e mecanismos que impõem padrões de beleza e feminilidade às mulheres, a ponto de ditar o que devemos vestir, como devemos nos portar e que sonhos devemos almejar. O levante feminista reafirma “Somos mulheres belas, arretadas e das ruas! Em marcha até que todas sejamos livres!”.

Em maio de 2016, o #ForaTemer esteve na pauta de luta das mulheres com uma série de atos. O primeiro, no dia 15 de maio, quando a Avenida Paulista, no Centro de São Paulo, foi ocupada com mais de 10 mil pessoas (SODRÉ; FERREIRA, 2016, *online*). No Facebook¹⁰, teve o evento “II Ato Fora Temer - O Golpe Nas Ruas Não Passará”, em 17 de maio, contando com 9,4 mil pessoas que compareceram, 23 mil confirmaram interesse na página do evento e foram 9,6 mil compartilhamentos. A Frente Fora Temer e o Coletivo pela Democracia convocaram e mobilizaram lutadoras e lutadores a participarem do ato¹¹ e expressar o repúdio ao governo golpista de Michel Temer. Como uma das palavras de ordem, enfatizou-se “Vamos continuar nas ruas, daremos voz às ruas. Se houve GOLPE, agora é LUTA! #ForaTEMER”.

⁸ Disponível em: https://www.facebook.com/events/1582733608694002/?active_tab=about. Acesso em: 1 dez. 2020. O evento foi organizado por Marcha Mundial das Mulheres e Fuzarca Feminista <https://www.facebook.com/marchamundialdasmulheresbrasil> e <https://m.facebook.com/fuzarcafeminista/>.

⁹ Imagens da Manifestação em São Paulo estão disponíveis em: <https://www.facebook.com/MidiaNINJA/posts/639269479564534>.

¹⁰ Disponível em: https://m.facebook.com/events/160158564386937/?active_tab=about. Acesso em: 2 dez. 2020.

¹¹ Imagens do Protesto Fora Temer estão disponíveis em: <https://www.facebook.com/jyimagens/photos/pcb.636395379849481/636392716516414>.

No Brasil, em 2017, a pauta da Reforma da Previdência e Trabalhista ganhou centralidade. As ruas estiveram ocupadas por levantes feministas contra a Reforma da Previdência e Trabalhista, contra a Violência Machista, Pela Legalização do Aborto, “Fora Temer! É Pela Vida das Mulheres!”. Em São Paulo, houve o evento¹² “8 de março - Aposentadoria Fica, Temer Sai!”: 8,5 mil pessoas responderam, sendo que 3 mil foram e 5,6 mil demonstraram interesse, totalizando 2,3 mil compartilhamentos. No mundo inteiro, as mulheres marcharam em luta contra a perda de direitos: a Marcha Mundial das Mulheres juntou-se às mulheres do Brasil e do mundo nas manifestações do Dia Internacional de Luta das Mulheres, presentes no ato com a força, a resistência, a combatividade e a irreverência delas na vibração da batucada feminista, palavras de ordens, bandeiras, faixas, cartazes em defesa dos direitos das mulheres. As organizadoras da Marcha Mundial das Mulheres no Brasil ressaltaram nas mobilizações dos Atos Unificados do 8 de março a necessidade de articular as lutas das mulheres às lutas contra o neoliberalismo, citando as contribuições teóricas e políticas de Ângela Davis e Nancy Fraser. Assim, endossaram apoio à greve internacional¹³ de mulheres com o mote “Nesse 8M, paramos pela vida das mulheres!”.

O levante das mulheres que culminou no resultado de elas pararem em todo o mundo revela-se como um protesto contra a opressão de gênero e ao mesmo tempo contra o avanço das políticas neoliberais e a redução de direitos sociais e trabalhistas, configurando, pois, o retrato da realidade que não é restrita ao contexto brasileiro, espalha também a realidade latino-americana, norte-americana, europeia, asiática, entre outras. Na experiência brasileira, em Recife, a manifestação¹⁴ das mulheres contou com intervenções culturais temáticas: pelo fim da violência, pelo fim do racismo, contra a Reforma da Previdência, por uma política de drogas não discriminatória, pela legalização do aborto e por uma reforma política ampla e radicalmente democrática (PORTELA, 2017, *online*).

No dia 8 de março de 2017, organizações feministas, populares e socialistas de todo o mundo convocaram uma greve internacional das mulheres com a pauta reivindicatória de defesa dos direitos reprodutivos e contra a violência, concebida enquanto violência econômica, institucional e interpessoal. A greve foi articulada em pelo menos quarenta países e se estabeleceu como o primeiro dia internacionalmente coordenado de protesto em escala tão

¹² Disponível em: https://www.facebook.com/events/383261725378876/?active_tab=about. Acesso em: 2 dez. 2020.

¹³ Imagens da Greve geral internacional (2017) estão disponíveis em: <http://www.sintufscar.org.br/2017/03/neste-8-de-marco-paralisacoes-e-manifestacoes-marcam-forca-internacionalista-das-mulheres/> e https://brasil.elpais.com/brasil/2017/03/08/internacional/1488978217_293715.html.

¹⁴ Imagens da Marcha das Mulheres em Recife (2017) estão disponíveis em: <https://marcozero.org/8-de-marco-de-2017-uma-jornada-historica-do-movimento-feminista/>.

grande. Esses protestos estimularam a ideia de uma greve maior no Dia da Mulher e evidenciaram as diferenças de uma greve de mulheres para uma greve geral: a greve das mulheres emerge da reflexão política e teórica sobre as formas concretas do trabalho feminino nas sociedades capitalistas (ARRUZZA; BHATTACHARYA, 2017, *online*).

Referendamos o chamado político às mulheres do mundo para a mobilização feminista, articulando as múltiplas lutas e pautas reivindicativas delas, como exposto no Manifesto que convocou a greve internacional militante das mulheres para o 8 de março de 2017:

O que é impressionante nessas mobilizações é que várias delas combinaram lutas contra a violência masculina com oposição à informalização do trabalho e à desigualdade salarial, ao mesmo tempo em que se opõem as políticas de homofobia, transfobia e xenofobia. Juntas, [...] anunciam um novo movimento feminista internacional com uma agenda expandida – ao mesmo tempo [antirracista], anti-imperialista, anti-heterossexista e [antineoliberal]. Queremos contribuir para o desenvolvimento deste novo movimento feminista mais expansivo. [...] Ao abraçar um feminismo para os 99%, inspiramo-nos na coalizão argentina *Ni Una Menos*. A violência contra as mulheres, como elas a definem, tem muitas facetas: é a violência doméstica, mas também a violência do mercado, da dívida, das relações de propriedade capitalistas e do Estado; a violência das políticas discriminatórias contra as mulheres lésbicas, trans e *queer*, a violência da criminalização estatal dos movimentos migratórios, a violência do encarceramento em massa e a violência institucional contra os corpos das mulheres através da proibição do aborto e da falta de acesso a cuidados de saúde e aborto gratuitos. Sua perspectiva informa a nossa determinação de opormo-nos aos ataques institucionais, políticos, culturais e econômicos contra mulheres muçulmanas e migrantes, contra as mulheres de cor e as mulheres trabalhadoras e desempregadas, contra mulheres lésbicas, gênero não-binário e transmulheres. (DAVIS et. al., 2017, *online*, grifos originais).

Em 24 de abril de 2017, ocorreu o ato “MMM Contra a Reforma da Previdência”¹⁵. Esse ciberativismo foi impulsionado pelas hashtags: #PreparaGreveGeral; #ForaTemer; #PrevidênciaFicaTemerSai; #NenhumDireitoAMenos; #Feminismo2017; #AçãoFeminista. No mundo, as mulheres da Marcha Mundial organizaram ações contra a ofensiva das empresas transnacionais sobre os trabalhos e as vidas das mulheres. No Brasil, essa manifestação fez parte da intensa agenda feminista contra o governo golpista de Michel Temer e seus retrocessos em direitos sociais. Consagrou-se como um dia de luta¹⁶ das mulheres contra a Reforma da Previdência e a Reforma Trabalhista de Temer, rumo à Greve geral de 28 de abril: dia nacional de paralisação e mobilização, com a deflagração de greves de diversas categorias e apoio dos movimentos sociais, das centrais sindicais, dos partidos e das organizações que compõem a

¹⁵ Disponível em: https://m.facebook.com/events/281424122308773/?active_tab=about. Acesso em: 3 dez. 2020.

¹⁶ Imagens das Mulheres contra a Reforma da Previdência estão disponíveis em: <https://www.sof.org.br/244-mulheres-de-todo-o-brasil-estarao-nas-ruas-denunciando-a-reforma-da-previdencia/>.

Frente Brasil Popular e a Frente Povo Sem Medo. Foram convocadas todas as militantes da Marcha Mundial das Mulheres para organizarem ações públicas, panfletagens, feiras de informação em ruas, praças, terminais e outros pontos estratégicos em todos os municípios do país, rurais e urbanos, onde a Marcha se faz presente (SOF, 2017, *online*).

No cenário internacional, o dia 24 de abril posiciona a centralidade do trabalho no feminismo e traz à memória o massacre de 2013 em Bangladesh: cerca de mil mulheres, trabalhadoras têxteis, foram feridas ou perderam suas vidas quando ruiu o Edifício Rana Plaza, onde eram produzidas, com mão de obra feminina e precarizada, as roupas vendidas por grandes empresas transnacionais. Aquelas mulheres trabalhavam em condições desumanas por um salário imoral, que alimentava diuturnamente os lucros do capital. Por isso, as militantes da Marcha Mundial das Mulheres se solidarizam e unem suas vozes para denunciar a ganância do capitalismo, a exploração e a expropriação do trabalho produtivo que, de inúmeras formas, marcam e ceifam diariamente as vidas das mulheres. O debate feito pela Marcha Mundial das Mulheres desnuda e denuncia o *modus operandi* que o capitalismo se reestrutura, usando os mesmos mecanismos violentos de acumulação que estão em sua origem, a saber, a apropriação das terras e da natureza, a exploração do trabalho, o controle sobre o corpo das mulheres, a violência e o poder militar. Exponencia ainda que esse sistema se manifesta e se sustenta diretamente articulado ao neocolonialismo e ao patriarcado (MMM, 2017; SOF, 2017, *online*).

Em 2018, no 8 de março, Dia Internacional de Luta das Mulheres, a Marcha Mundial das Mulheres reafirma que, enquanto mulheres diversas, de todos os povos, raças e idades, estarão unidas, mais uma vez, com o propósito de seguirem em Marcha até que todas as mulheres sejam livres de toda a opressão do patriarcado capitalista e colonial. Salientaram também que seguiriam com o feminismo como forma de vida e as ruas como o espaço onde ampliam suas vozes e suas demandas. Na Declaração internacional da Marcha Mundial das Mulheres, nesse 8 de março, denunciaram e resistiram ao contexto político mundial, marcado pela crescente crise econômica, social, política, climática e ideológica; denunciaram o estado de guerra total, apontando que as mulheres são as maiores afetadas; denunciaram os argumentos econômicos e nacionalistas que as privam do exercício de direitos e liberdades fundamentais, por conseguinte, boicotam a autonomia das mulheres e dos povos. Manifestaram rejeição a todas as políticas dos governos de direita, que radicalmente expressam ódio, racismo, misoginia, intolerância e demais formas de discriminação. Ecoaram que se manteriam firmes e em luta contra a criminalização dos movimentos sociais, concebendo a luta pelos direitos das mulheres e por liberdades uma expressão justa. Embaladas na resistência feminista,

demarcaram que seguiriam nas ruas e em solidariedade com as companheiras assassinadas, perseguidas e privadas da sua liberdade e ação política (MMM, 2018a, *online*).

No dia 8 de março, movimentos feministas, populares, estudantis, de moradia, partidos e centrais sindicais se mobilizaram por todo o Brasil com a finalidade de denunciar os retrocessos democráticos no país e de exigir o fim da desigualdade de gênero. Na região Nordeste, na Bahia, teve em Salvador o ato “Mulheres – Resistir e Transformar: pela vida das mulheres e por democracia”. Aconteceram também atos em Itabuna, Feira de Santana, Vitória da Conquista e Cruz das Almas. Tiveram Rodas de conversa, cine popular e muralismo feminista na programação organizada pelo Levante Popular da Juventude em Cruz das Almas e Conceição da Feira. Em Pernambuco, no Recife, houve o ato¹⁷ público com o tema “Pela vida das mulheres! Nenhum direito a menos!”. Na pauta, foram abordados alguns temas como violência contra as mulheres, racismo, legalização do aborto, direito à água, terra e moradia, além da oposição à Reforma da Previdência. Durante a manifestação, ocorreram intervenções de várias organizações e movimentos sociais, e o ato contou ainda com rodas de diálogos e apresentações artísticas. No Facebook, foi criado o evento “8 de Março – Recife”: 2,4 mil pessoas responderam, contou com 1 mil participantes e 1,4 registraram interesse. Em Sergipe, na cidade de Aracaju, realizou-se o ato “Mulheres em luta e resistência: contra a violência, por direitos e democracia”, mobilizado pelas organizações sindicais, sociais, estudantis, partidárias e coletivos feministas (GOMES, 2018, *online*).

Na região Sudeste, em Minas Gerais, na capital Belo Horizonte, as mulheres saíram em marcha de vários pontos da cidade e se encontram no ato convocado pelas mulheres da Frente Brasil Popular, Frente Povo Sem Medo e outras organizações. Em São Paulo, os movimentos feministas organizaram um grande ato¹⁸ unificado pelo Dia Internacional de Luta das Mulheres. A rede feminista criou o evento¹⁹ “Bloco da Marcha Mundial das Mulheres no 8 de março de SP!” e também o evento²⁰ “Ato 8 de março 2018 | Dia internacional de luta das mulheres”, esse que contou com 5,9 mil pessoas respondentes, entre as quais, 1,9 mil foram e 4 mil assinalaram interesse. Na região Sul, no Rio Grande do Sul, em Porto Alegre, teve a marcha das trabalhadoras rurais (GOMES, 2018, *online*).

¹⁷ Imagens do Protesto em Recife (2018) estão disponíveis em: <https://www.facebook.com/photo?fbid=1631000053657832&set=a.1630999713657866>.

¹⁸ Imagens do Ato Unificado em São Paulo (2018) estão disponíveis em: <https://www.cut.org.br/fotos/dia-internacional-da-mulher-08-de-marco-de-2018-5f38>.

¹⁹ Disponível em: https://www.facebook.com/events/176355619654220/?active_tab=about. Acesso em: 3 dez. 2020.

²⁰ Disponível em: <https://www.facebook.com/events/172939489988930/>. Acesso em: 3 dez. 2020.

Na descrição²¹ da página do evento “Bloco da Marcha Mundial das Mulheres no 8 de março de SP”, as mulheres destacaram as principais características que levaram à construção da Marcha Mundial das Mulheres, enquanto um movimento permanente no Brasil e em todo o mundo: mudar o mundo e mudar a vida das mulheres em um só movimento; igualdade para todas; fortalecimento de espaços coletivos das mulheres: populares, autônomos e diversos; ações com criatividade para enfrentar o capitalismo patriarcal, racista e lesbobifóbico; construção de alianças com os movimentos sociais em luta para transformar o mundo; vincular o trabalho permanente em âmbito local com os temas e processos globais; solidariedade e internacionalismo. Esses princípios conduziram o processo de organização e instigaram a mobilização para o ato unificado.

Na região Norte, em Belém, mulheres²² de movimentos sociais, sindicais e ligadas a partidos políticos realizaram uma caminhada. O protesto foi pelo fim da violência contra a mulher, em defesa dos direitos das mulheres, contra a reforma da previdência e o governo do presidente Michel Temer. Estudantes também se manifestaram e foram às ruas na primeira marcha da Escola Estadual Augusto Montenegro pelo Dia Internacional da Mulher. Em Altamira, no Sudoeste do Pará, as mulheres pediram às autoridades providências para o fim da violência de gênero e do feminicídio, que tem assustado a população do município, e cobraram ainda a melhoria do atendimento às vítimas de violência doméstica. Na frente do Fórum de Justiça, as mulheres cobraram justiça para os casos de assassinatos que têm ocorrido no município nos últimos anos, principalmente entre mulheres e jovens (G1 PA, 2018, *online*).

Em 8 de agosto, realizou-se o manifesto “Pañuelazo Internacional e ato pela legalização do aborto”²³, cujo quantitativo de respondentes foi de 5,6 mil pessoas, 1,3 mil compareceu e 4,3 mil tiveram interesse. O #8A mobilizou em razão da segunda votação do senado argentino para a aprovação da Lei da Interrupção Voluntária da Gravidez. A meia sanção foi conquistada no Congresso Nacional graças à mobilização de milhares de mulheres nas ruas do país no dia 13 de junho. O movimento conhecido como maré verde passou às páginas da história argentina: avaliou-se que, se as argentinas conquistassem a segunda sanção e o aborto fosse legalizado, teriam uma mudança significativa no curso da história, com uma grande vitória das mulheres argentinas e de todo o mundo. As mulheres em luta no Brasil compreendiam que a conquista desse direito democrático elementar, criminalizado por políticos e setores conservadores em

²¹ Disponível em: https://www.facebook.com/events/176355619654220/?active_tab=discussion. Acesso em: 3 dez. 2020.

²² Imagens das Manifestações em Belém (2018) estão disponíveis em: <https://g1.globo.com/pa/para/noticia/8-de-marco-e-marcado-por-manifestacoes-de-mulheres-em-belem-e-altamira-no-para.ghtml>.

²³ Disponível em: https://www.facebook.com/events/1852188254865638/?active_tab=about. Acesso em: 3 dez. 2020.

diferentes países, se caracterizaria como um enorme impulso para o movimento em prol da legalização da interrupção voluntária da gravidez no contexto brasileiro.

De fato, uma onda verde²⁴ tomou o mundo: mulheres de mais de 70 países estiveram reunidas em consulados, embaixadas, avenidas e praças públicas, com bandeiras, batucadas e pañuelos (lenços) verdes, símbolo da campanha argentina pela legalização do aborto. Depois da discussão e votação na Câmara, foi a primeira vez que o Senado argentino debateu a legalização do aborto, derrotada por 38 votos contrários e 31 a favor. Não obstante a rejeição do projeto de lei no Senado, a luta feminista seguiu fortalecida e crescente, inspirada na tremenda mobilização popular. A derrota refletiu a necessidade de frear e retirar o poder dos grupos conservadores, moralistas, machistas e de direita, responsáveis pelo posicionamento contrário, tanto na Argentina quanto no Brasil. (MMM, 2018b; BOUERI, 2018, *online*).

No Brasil, em São Paulo, na capital, o movimento de mulheres organizou um ato-pañuelazo em frente ao Consulado Geral da Argentina: participaram cerca de 500 pessoas do movimento feminista e de imigrantes. Em Minas Gerais, as mobilizações ocorreram em Belo Horizonte, com um ato público juntando 500 mulheres; e, no município de Juiz de Fora, foi realizado um ato unificado dos movimentos feministas. No Rio Grande do Sul, na capital Porto Alegre e na cidade de Santana do Livramento, divisa com o Uruguai, aconteceram manifestações, cartazes, stencil e pintura de pañuelos. No Rio de Janeiro e em Santa Catarina, também foram organizados atos (MMM, 2018b, *online*).

Em 29 de setembro, as mulheres, organizadas na Marcha Mundial das Mulheres, mobilizaram-se mais uma vez para ocupar as ruas pela vida das mulheres! Foi criado o evento²⁵ “Bloco da Marcha Mundial das Mulheres no ato contra Bolsonaro SP”. Com intervenções políticas e culturais, fizeram uso de palavras de ordem e da batucada feminista, orientaram a ir de roxo e lilás enquanto estratégia de afirmar o feminismo como alternativa para a libertação das mulheres. A articulação do convite esteve baseada na necessidade de as companheiras se somarem ao bloco da marcha e ocuparem as ruas para endossar o coro: “Bolsonaro NÃO, fascismo NUNCA! Mulheres em Marcha por democracia, igualdade e liberdade”.

As mulheres foram o elemento dinamizador e novo nas eleições de 2018 na medida em que, de forma suprapartidária, somaram-se à campanha #EleNão, que aglutinou milhares de mulheres contrárias à eleição de Jair Bolsonaro e manifestaram repúdio a esse candidato nas

²⁴ Imagens das manifestações em apoio à votação no Senado argentino (2018) estão disponíveis em: <http://www.generonumero.media/apesar-da-rejeicao-no-senado-projeto-de-legalizacao-do-aborto-na-argentina-deixa-marca-no-debate-publico-no-pais/> e <http://www.marchamundialdasmulheres.org.br/mulheres-de-todo-o-brasil-fazem-atos-pelo-aborto-legal-na-argentina/>.

²⁵ Disponível em: <https://www.facebook.com/events/509661182830194>. Acesso em: 4 dez. 2020.

ruas pelo Brasil afora e também pelo mundo que entoou: #EleNão, #FascismoNão! Ocorreram protestos em ao menos 114 cidades brasileiras com manifestações contrárias a Bolsonaro. Houve, também, atos em diferentes cidades do mundo, como Nova Iorque, Lisboa, Paris e Londres. No Brasil, as maiores manifestações foram registradas em São Paulo e no Rio de Janeiro: por meio de imagens aéreas dos atos, cálculos que consideraram a área ocupada pelos manifestantes produziram estimativas do número de presentes em cerca de 100 mil pessoas no Largo da Batata²⁶, em São Paulo; e 25 mil na Cinelândia, no Rio de Janeiro, no momento de pico. A manifestação #EleNão, espalhada por cidades brasileiras em repúdio ao candidato a presidente Jair Bolsonaro, foi considerada a maior manifestação de mulheres na história do Brasil (LAPA, 2018; ROSSI, CARNEIRO, GRAGNANI, 2018, *online*).

A campanha #EleNão denunciou que Jair Bolsonaro não era apenas o candidato explicitamente machista, misógino, racista, homofóbico, pró-violência, saudosos da ditadura, que desrespeitava todas as brasileiras, inclusive as de direita, ao incorporar em sua campanha músicas que associavam mulheres a cadelas. O mote #EleNão também trouxe à tona os perigos e agravos que esse candidato representava no campo econômico com propostas ultraneoliberais, a exemplo do aumento dos impostos da população trabalhadora para 20%, medida de alto impacto a grande parte da população brasileira pela taxação de impostos no consumo, particularmente de alimentos, dada a desproporcionalidade paga por quem vive do trabalho e por quem se apropria dos lucros produzidos pela classe trabalhadora (LAPA, 2018, *online*).

Em 2019, o 14 de março foi marcado pelo ato “Justiça Marielle: vidas negras e periféricas importam – Campinas”²⁷. Nessa data, completou um ano do brutal assassinato de Marielle Franco e Anderson Gomes. O protesto denunciou o atentado político, o aumento do conservadorismo e os ataques aos direitos, enfatizando que assim como Marielle, os maiores alvos da política de ódio e desigualdade são as mulheres, negros e negras e LGBTQs. Resgataram as lutas de Marielle, lembradas no Brasil e no mundo, demarcando que ela representa a história de muitas mulheres negras e do povo negro que sofre injustiça persistente e secular. Nessa direção política, ecoaram as vozes clamando por justiça e homenagearam Marielle Franco de braços erguidos como reflexo de símbolo e história de resistência. Na concentração, houve confecção de cartazes, ato inter-religioso, marcha e intervenção poética, com o mote Marielle e Anderson, presentes!; #QuemMatouEquemMandouMatarMarielle; #PelasVidasNasPeriferias; #VidasNegrasImportam; #FlorescerPorMarielle.

²⁶ Imagens do Protesto #EleNão em São Paulo (2018) estão disponíveis em: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-45700013>.

²⁷ Disponível em: https://www.facebook.com/events/2051163538265633/?active_tab=about. Acesso em: 4 dez. 2020.

Na manifestação²⁸, as pessoas estavam providas de cartazes, faixas, blusas, adesivos com a frase “Quem matou Marielle?” e flores seguindo em cortejo. Em todo o ato, as falas reafirmavam as lutas da vereadora que representava a luta de negras/os, mulheres, populações periféricas e LGBTQs, e palavras de ordem cobravam das autoridades a solução para o crime brutal contra a vereadora e seu motorista. Houve uma intervenção em homenagem à vereadora e às vítimas de feminicídio em 2018, momento em que as mulheres foram lembradas e homenageadas com flores. Expressaram inúmeras críticas ao presidente Jair Bolsonaro (PSL) e denunciaram as suas relações com as milícias cariocas, apontadas como executoras do assassinato da vereadora carioca. (JORNALISTAS LIVRES CAMPINAS, 2019, *online*).

Em 14 de agosto, ocorreu o evento²⁹ “Marcha das Margaridas 2019”, também organizado pela Marcha Mundial das Mulheres, entre outros movimentos. A manifestação³⁰ foi em Brasília, contando com milhares de mulheres do campo, da floresta e das águas, que saíram de suas terras, levando ao centro do poder do país o grito de agricultoras familiares, ribeirinhas, quilombolas, pescadoras, extrativistas, camponesas, quebradeiras de coco, trabalhadoras urbanas e dos movimentos feministas e de mulheres indígenas de todas as regiões do Brasil. Relembrou a inspiração histórica da liderança camponesa Margarida Maria Alves, assassinada em 1983 a mando de usineiros, em Alagoa Grande (PB), que oxigena o fôlego das Margaridas em marcha a cada quatro anos, quando levam suas propostas e reivindicações à Esplanada dos Ministérios. As Margaridas levaram faixas, mensagens e bandeiras pela vida das mulheres, contra o machismo, a violência sexista, os retrocessos ambientais e em defesa dos direitos sociais conquistados pelas/os brasileiras/os. (G1 DF, 2019, *online*).

O protesto teve como tema "margaridas na luta por um Brasil com soberania popular, democracia, justiça, igualdade e livre de violência". Na pauta das Margaridas, também estavam o combate à pobreza e o enfrentamento aos casos de feminicídios. A Marcha das Margaridas é considerada a maior ação de mulheres da América Latina. Foram mais de 100 mil mulheres nessa sexta edição da Marcha, ocupando as ruas com as vozes, os corpos e os chapéus de palha com suas demandas. Além da Marcha nas ruas de Brasília, realizou-se uma sessão solene na

²⁸ Imagens do Ato em Campinas (2019) estão disponíveis em: <https://www.facebook.com/photo?fbid=10213489244054587&set=gm.2061790633869590> e https://jornalistaslivres.org/ato-em-campinas-marca-uma-ano-do-assassinato-da-vereadora-marielle-franco-psl-e-seu-motorista-anderson-gomes/?fbclid=IwAR31YdYfz7G08_cqgTflzoTtmlwDyv7eGC0zY9KTuGHC_fjEs4FaIeWaiY0.

²⁹ Disponível em: https://www.facebook.com/events/290088928612575/?active_tab=about. Acesso em: 4 dez. 2020.

³⁰ Imagens do Levante das Margaridas em Brasília (2019) estão disponíveis em: https://g1.globo.com/df/distrito-federal/noticia/2019/08/14/trabalhadoras-rurais-fecham-eixo-monumental-durante-marcha-das-margaridas.ghtml?fbclid=IwAR3WH2N_gQonMe-Icsf8ozohLJcQTy24jQojD2NakijsJeKEcP0CmYZwt2k.

Câmara dos Deputados para trazer a temática das camponesas. Em uma de suas canções, elas clamaram: “Terra sadia pra lucrar; Canja na mesa no jantar; Um mínimo para se ter; Direito à paz e ao prazer” (G1 DF, 2019; GALVANI, 2019, *online*).

Em 2020, no 8 de março, Dia Internacional de Luta da Mulher, as feministas foram às ruas em todo o país pela vida das mulheres, contra Jair Bolsonaro, sua política econômica e o aumento da violência machista e racista. No panfleto “Fora Bolsonaro! As mulheres querem trabalho digno, liberdade, democracia”, a Marcha Mundial das Mulheres (MMM) elencou motivos pelos quais as feministas se posicionavam contra o atual governo; e reivindicaram saúde, educação, moradia, soberania popular, justiça ambiental e uma vida sem violência. Nessa mesma data, a Marcha Mundial das Mulheres lançou sua 5ª Ação Internacional com o lema “Resistimos para viver, marchamos para transformar”. A 5ª Ação Internacional ocorreu no ano em que a Marcha Mundial das Mulheres celebrou seu 20º aniversário. A agenda aberta em 8 março seguiu até 17 de outubro (MMM, 2020, *online*).

Aconteceram atividades públicas de lançamento em todo o mundo e também no Brasil, em todas as regiões do país, entre as quais: falas públicas, piqueniques agroecológicos, intervenções culturais, exposição sobre a história do movimento. Essas ações foram realizadas em cidades como: São Paulo (SP)³¹, Maceió (AL), Palmas (TO), Araguaína (TO), São Luís (MA), Vitória (ES), Caruaru (PE), Aracaju (SE), Manaus (AM), Parintins (AM), Florianópolis (SC), Salvador (BA)³², Recife (PE), Caruaru (PE), Garanhuns (PE), Brasília (DF), Natal (RN), Mossoró (RN), Fortaleza (CE), João Pessoa (PB), Belo Horizonte (MG), Juiz de Fora (MG), Simonésia (MG), Curitiba (PR), Rio de Janeiro (RJ). Organizadas por eventos nas redes sociais, com a participação de coletivos feministas, representantes partidários, as manifestações do 8 de março trouxeram, em sua maioria, um tom político e de crítica ao desgoverno Bolsonaro. Além da defesa dos direitos das mulheres, os eventos e protestos destacaram lutas com recortes de identidade, abordando o fim do racismo e do preconceito contra pessoas LGBTQs; temas mais específicos, como a morte de Marielle; e o posicionamento contra o fascismo e o patriarcado. (MMM, 2020; BRANDALISE; GERALDO, 2020, *online*).

Em outubro, na semana de 12 a 17, a Marcha Mundial das Mulheres encerrou sua 5ª Ação Internacional³³, somando 20 anos de Ações Internacionais: cada uma delas foi um

³¹ Imagens do Ato 8 de março em São Paulo (2020) estão disponíveis em: <https://fotospublicas.com/manifestacao-pelo-dia-intercional-da-mulher-na-avenida-paulista/>.

³² Imagens do Protesto em Salvador no Dia Internacional da Mulher (2020) estão disponíveis em: <https://g1.globo.com/ba/bahia/noticia/2020/03/08/grupo-se-reune-e-faz-caminhada-em-salvador-no-dia-internacional-da-mulher.ghtml>.

³³ Imagens da 5ª Ação Internacional da Marcha Mundial das Mulheres (2020) no Rio Grande do Norte estão disponíveis em: <https://www.brasildefato.com.br/2020/10/20/resistimos-para-viver-marchamos-para-transformar>.

momento de construção e expressão de sínteses políticas, conectando o local, o regional e o internacional e apresentando denúncias e propostas. A proposta de 2020 centrou-se em visibilizar a trajetória desse movimento antissistêmico e, igualmente, retomar memórias coletivas de duas décadas de luta comum para avançar na construção da Marcha como um movimento permanente e em luta: feminista, anticapitalista e antirracista. As atividades do encerramento da 5ª Ação foram descentralizadas, com dias de ações em que cada região apresentou sua síntese política e seus desafios regionais, de modo articulado, expôs elementos comuns que resultam do modelo atual e reafirmou a necessidade de uma luta feminista internacional (FARIA, 2020, *online*).

A Marcha Mundial das Mulheres conectou seus 20 anos à história das mulheres lutadoras que marcham há muito tempo na resistência, nas ações de rebeldia, na participação em todas as lutas por liberação, na construção cotidiana de práticas de sustentabilidade da vida. Nesse sentido, reforçou as alianças estratégicas na construção de forças e unidade na resistência e nas alternativas. A resistência à ofensiva do capital contra a vida, ao conservadorismo e ao autoritarismo em distintas partes do mundo teve centralidade nesta 5ª Ação. Avaliou-se que, face ao quadro da pandemia, precisa-se de criatividade para redefinir a forma de organização virtual e seguir a mobilização. Na agenda de atividades, houve envolvimento com as ações locais de solidariedade nos territórios e, de maneira concreta, foram encaminhadas respostas e práticas que colocam a sustentabilidade da vida no centro, confrontando, portanto, a lógica do capital, de acumulação e de morte, que se agudiza com a Covid-19 (FARIA, 2020, *online*).

O #NãoAViolênciaContraAMulher foi o brado unificado das mulheres, principalmente porque houve aumento assustador da violência contra as mulheres na quarentena. Apesar de o distanciamento social se constituir como principal medida contra o avanço da Covid-19, culminou no aumento do risco e da prática de violências doméstica, psicológica e sexual entre meninas e mulheres brasileiras. O Brasil ocupa o 5º lugar no ranking de violência contra a mulher, e, durante a quarentena, constatou-se aumento da violência em apenas um mês, como foram os casos registrados pelo Ministério Público de São Paulo, com aumento de 30%, e, no Rio de Janeiro, em 50%. O agravo da violência é preocupante: meninas e mulheres são vítimas de 70% dos atendimentos notificados que chegam às redes de saúde (DELBONI, 2020, *online*).

Como instrumento de enfrentamento à violência, campanhas foram criadas para combater a violência contra meninas e mulheres durante o isolamento/distanciamento social. Enfatizamos a campanha #QuarentenaSimViolênciaNão, que conta com 30 organizações públicas e da sociedade civil, atuando no combate à violência. Entre as organizações, estão: Plan International Brasil, Girl Up, Força Menina, Engajamundo, RockCampBrasil, ACMUN,

Think Twice, Instituto Alana, Gol de Letra e Instituto Liberta. Todas as organizações atuam realizando ações conjuntas e também ações próprias, com o objetivo de garantir a proteção e combater a violência. A proposta é informar sobre os riscos e meios de denúncia e prevenção por meio de conteúdo em redes sociais; assim como, atuar em parceria para ações de incidência política com órgãos públicos e entidades da sociedade civil, a fim de incentivar a denúncia das violências e o combate direto a elas (DELBONI, 2020, *online*).

Considerações finais

As relações sociais são marcadas por construções históricas sociais e culturais de estruturas patriarcais, capitalistas, racistas, cisheterossexistas, que relegam às mulheres posições de subordinação, inferiorização, silenciamentos; proibições ou destinos de espaços que podem ou não ocupar; expropriação e superexploração da vida e da força de trabalho; vivências marcadas por violências de diferentes dimensões e intensidades; até exponenciais taxas de feminicídios e transfeminicídios que ceifam as vidas de muitas mulheres no Brasil e no mundo. Mesmo enfrentando todas essas mazelas, as mulheres se articulam para desconstruir e ruir sistemas e estruturas de opressão, dominação, exploração e extermínio da vida.

A construção e a publicização de teorias feministas e transfeministas contribuem para os processos de consciência crítica das mulheres, assim como de outros sujeitos ao terem contatos com essas narrativas. Provocam também transformações de concepções teóricas e das práticas cotidianas, abrindo caminhos para mudanças de mentalidades, comportamentos, ações e projetos de sociedade, em que as mulheres não sejam mais oprimidas, violentadas, exploradas e nem aniquiladas por serem mulheres, sejam quais forem suas diversidades de representações.

Assim, a formação crítica das mulheres fundamenta a práxis sociopolítica, reverberada em vários movimentos feministas e transfeministas com pautas que têm especificidades, mas também se unificam para potencializar as reivindicações e fortalecer a capacidade de resistência para as lutas sociais travadas coletivamente, sejam por meio das redes e/ou nas ruas porque são as múltiplas articulações e estratégias que renovam o oxigênio e avivam a força das mulheres.

REFERÊNCIAS

AGORA RN. Mulheres vão às ruas nesta quinta pelo Fora Cunha, contra a PL5069 e ajuste fiscal do governo Dilma. **Agora RN**, Natal, 2015. Disponível em: <https://agorarn.com.br/geral/mulheres-vao-as-ruas-nesta-quinta-pelo-fora-cunha-contr-a-pl5069-e-ajuste-fiscal-do-governo-dilma%e2%80%8f/>. Acesso em: 1 dez. 2020.

ALMEIDA, W. R. A. Uniforme escolar e uniformização dos corpos. **Revista Tempos e Espaços em Educação**, v. 10, n. 22, p. 09-22, 2017.

<https://doi.org/10.20952/revtee.v10i22.6134>

ARRUZZA, C.; BHATTACHARYA, T. **O significado da greve das mulheres neste 8 de março**. Blog da Boitempo, São Paulo, 2017. Disponível em:

<https://blogdaboitempo.com.br/2017/03/03/o-significado-da-greve-das-mulheres-neste-8-de-marco/>. Acesso em: 2 dez. 2020.

ACUÑA PINEDA, A. Cuerpo sexualidad y adolescencia: continuidades y rupturas en instituciones públicas y privadas del departamento del Meta: apuntes para pensar el cuerpo la sexualidad y la adolescencia en la escuela. **Revista Tempos e Espaços em Educação**, v. 14, n. 33, p. e14194, 2021. <https://doi.org/10.20952/revtee.v14i33.14194>

BEAUVOIR, S. **O segundo sexo: fatos e mitos**. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1967.

BOUERI, A. G. Barrado por maioria masculina, projeto de legalização do aborto deixa legado na Argentina. **Gênero e Número**, Rio de Janeiro, 2018. Disponível em:

<http://www.generonumero.media/apesar-da-rejeicao-no-senado-projeto-de-legalizacao-do-aborto-na-argentina-deixa-marca-no-debate-publico-no-pais/>. Acesso em: 3 dez. 2020.

BRANDALISE, C.; GERALDO, N. 8 de março: acompanhe manifestações de mulheres nas ruas do Brasil. **Universa**, São Paulo, 2020. Disponível em:

<https://www.uol.com.br/universa/noticias/redacao/2020/03/07/8-de-marco-veja-os-eventos-que-convocam-mulheres-as-ruas-no-brasil.htm?foto=1>. Acesso em: 30 dez. 2020.

BUITONI, D. S.; LOPES, M.. "Revista AzMina" e Carnaval sem Assédio: uma análise do jornalismo ativista no combate à violência contra a mulher. **Cadernos de Gênero e Diversidade**, v. 4, n. 2, 2018, p. 21-40. Disponível em:

<https://periodicos.ufba.br/index.php/cadgendiv/article/view/24613/16005>. Acesso em: 19 fev. 2021.

BUTLER, J. **Problemas de gênero**. Feminismo e subversão da identidade. 4. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2012.

BUTLER, J. Regulações de gênero. **Cadernos Pagu**, n. 42, jan-jun., 2014, p. 250-274.

Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/0104-8333201400420249>

CARDOSO, H. M.; DIAS, A. F. Trans* subjectivities in the higher education curriculum. **Journal of Research and Knowledge Spreading**, v. 2, n. 1, p. e12305, 2021.

<https://doi.org/10.20952/jrks2112305>

CARDOSO, H. M. Gênero, sexualidade e escola: contribuições da teorização de Foucault. **Revista Tempos e Espaços em Educação**, v. 11, n. 01, p. 319-332, 2019.

<https://doi.org/10.20952/revtee.v11i01.9652>

CARDOSO, H. M. ; DIAS, A. F. Representações sobre corpo, gênero e sexualidades de estudantes das licenciaturas do Instituto Federal de Sergipe, campus Aracaju. **Revista Práxis Educativa**, v. 13, n. 24, p. 76, 2017. <https://doi.org/10.22481/praxis.v13i24.930>

- CRENSHAW, K. Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero. Tradução: Liane Schneider. **Revista Estudos Feministas** [online], v. 10, n. 1, 2002, p. 171-188. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/ref/v10n1/11636.pdf>. Acesso em: 23 jun. 2021.
- CRUZ, M. H. S. A crítica feminista à ciência e contribuição à pesquisa nas ciências humanas. **Revista Tempos e Espaços em Educação**, v. 7, n. 12, p. 15-27, 2014. <https://doi.org/10.20952/revtee.v0i0.2949>
- DAVIS, A.; ARRUZZA, C.; TAYLOR, Keeanga-Yamahtta; ALCOFF, Linda Martín; FRASER, Nancy; BHATTACHARYA, Tithi; ODEH, Rasma Yousef. Por uma greve internacional militante no 8 de março. **Blog da Boitempo**, São Paulo, 2017. Disponível em: <https://blogdaboitempo.com.br/2017/02/07/por-uma-greve-internacional-militante-no-8-de-marco/>. Acesso em: 2 dez. 2020.
- DELBONI, C. Quarentena sim, Violência não. **Estadão**, São Paulo, 2020. Disponível em: <https://emails.estadao.com.br/blogs/kids/quarentena-sim-violencia-nao/>. Acesso em: 8 dez. 2020.
- DIAS, A. F. Trans* escrevivências as a pedagogical power. **JOURNAL OF RESEARCH AND KNOWLEDGE SPREADING**, v. 1, n. 1, p. e11494, 2020. <https://doi.org/10.20952/jrks111494>
- DIAS, A. F. et al. Schooling and subversions of gender. **Revista Tempos e Espaços em Educação**, v. 10, n. 22, p. 83-92, 2017. <https://doi.org/10.20952/revtee.v10i22.6433>
- DUTRA, Z. A. P. A Primavera das Mulheres: Ciberfeminismo e os Movimentos Feministas. **Revista Feminismos**, Salvador, v. 6, n. 2, 2018, p. 19-31. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/feminismos/article/view/30384/17906>. Acesso em: 19 fev. 2021.
- FARIA, Nalu. Resistimos para viver, marchamos para transformar. **Brasil de Fato**, SOF Sempre Viva Organização Feminista, São Paulo, 2020. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2020/10/20/resistimos-para-viver-marchamos-para-transformar>. Acesso em: 30 dez. 2020.
- FRIEDAN, Betty. **Mística feminina**. Petrópolis: Vozes, 1971.
- G1 DF. Trabalhadoras rurais fecham Eixo Monumental durante Marcha das Margaridas. **G1 DF**, Distrito Federal, 2019. Disponível em: https://g1.globo.com/df/distrito-federal/noticia/2019/08/14/trabalhadoras-rurais-fecham-eixo-monumental-durante-marcha-das-margaridas.ghtml?fbclid=IwAR3WH2N_gQonMe-Icsf8ozohLJcQTy24jQojD2NakijsJeKEcP0CmYZwt2k. Acesso em: 4 dez. 2020.
- G1 PA. 8 de março é marcado por manifestações de mulheres em Belém e Altamira, no Pará. **G1 PA**, Belém, 2018. Disponível em: <https://g1.globo.com/pa/para/noticia/8-de-marco-e-marcado-por-manifestacoes-de-mulheres-em-belem-e-altamira-no-para.ghtml>. Acesso em: 3 dez. 2020.
- GALVANI, Giovanna. Marcha das Margaridas leva 100 mil mulheres do campo a Brasília. **Carta Capital**, São Paulo, 2019. Disponível em:

https://www.cartacapital.com.br/sociedade/marcha-das-margaridas-leva-100-mil-mulheres-do-campo-a-brasil/?fbclid=IwAR0fpwQfg1Rt5zif1Nx5KI8iLV_lg2OdW0_PUuyvZ55IqMWRXKjTTftYIHY. Acesso em: 4 dez. 2020.

GARCIA, Carla Cristina. **Breve história do feminismo**. São Paulo: Claridade, 2011.

GOMES, Thalles. 8 de março será marcado por manifestações em todo Brasil. **Brasil de Fato**, São Paulo, 2018. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2018/03/07/agenda-or-8-de-marco-sera-marcado-por-manifestacoes-em-todo-brasil>. Acesso em: 3 dez. 2020.

GUARANY, A. L. A., & CARDOSO, L. R. (2021). Before the storm, the apparent calm: gender and sexuality in the humanities teacher education curriculums at UFS. **Journal of Research and Knowledge Spreading**, v. 2, n. 1, p. e12312.

<https://doi.org/10.20952/jrks2112312>

JESUS, Jaqueline Gomes de. Interloquções teóricas do pensamento transfeminista. In: JESUS, Jaqueline Gomes de [et. al.] (Org.). **Transfeminismo: teorias e práticas**. Rio de Janeiro: Metanoia, 2014a. p. 3-18.

JESUS, Jaqueline Gomes de. Gênero sem essencialismo: feminismo transgênero como crítica do sexo. **Universitas Humanística** [online], Bogotá, n. 78, 2014b, p. 241-257. Disponível em: <http://www.scielo.org.co/pdf/unih/n78/n78a11.pdf>. Acesso em: 19 fev. 2021.

JESUS, Jaqueline Gomes de. Feminismos Contemporâneos e Interseccionalidade 2.0: uma contextualização a partir do pensamento transfeminista. **REBEH - Revista Brasileira de Estudos da Homocultura**, Redenção, v. 1, n. 1, 2018, p. 5-24. Disponível em: <http://www.revistas.unilab.edu.br/index.php/rebeh/article/view/87/48>. Acesso em: 17 fev. 2021.

JORNALISTAS LIVRES CAMPINAS. Ato em Campinas marca um ano do assassinato da vereadora Marielle Franco (PSOL) e seu motorista Anderson Gomes. **Jornalistas Livres Campinas**, Campinas, 2019. Disponível em: https://jornalistaslivres.org/ato-em-campinas-marca-uma-ano-do-assassinato-da-vereadora-marielle-franco-psol-e-seu-motorista-anderson-gomes/?fbclid=IwAR31YdYfz7G08_cqTflzoTtmlwDyv7eGC0zY9KTuGHC_fjEs4FaleWaiY0. Acesso em: 4 dez. 2020.

LAPA, Thaís de Souza. Mulheres são decisivas sempre, hoje mais do que nunca. **Brasil de Fato**, São Paulo, 2018. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2018/09/27/artigo-or-mulheres-sao-decisivas-sempre-hoje-mais-do-que-nunca/?fbclid=IwAR3MeVx4c2WNd2qRiFYr-U92HG6kfdWM4LdU7X-pXt6xgCU-XvtYSCxltg>. Acesso em: 4 dez. 2020.

LOURO, Guacira Lopes. **Gênero, sexualidade e educação: uma perspectiva pós-estruturalista**. 6. ed. Petrópolis, RJ: Editora Vozes Ltda., 1997.

LESCANO, A.; MUSICCO, D. Extensión y educación, pensando una posible relación para la educación del cuerpo. **Revista Tempos e Espaços em Educação**, v. 12, n. 31, p. 135-144, 9 nov. 2019. <https://doi.org/10.20952/revtee.v12i31.12085>

MATOS, Marlise. Movimento e Teoria Feminista: É possível reconstruir a Teoria Feminista a partir do Sul Global? **Rev. Sociologia Política**, Curitiba, v. 18, n. 36, jun., 2010a, p. 67-92.

Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/S0104-44782010000200006>. Acesso em: 17 fev. 2021.

MATOS, Marlise. Desdobramentos das agendas dos feminismos contemporâneos: a quarta onda. In: MATOS, Marlise (Org.). **Enfoques feministas e os desafios contemporâneos**. v. I. Debates acerca do feminismo: antigos e novos desafios. Belo Horizonte: UFMG, 2010b, p. 13-43.

MENDES, C. L.; CARDOSO, F. A.; MATOS, D. A. S. Currículo e relações de poder: análise de uma reforma curricular para cursos de pedagogia em tempos de conservadorismos. **Revista Tempos e Espaços em Educação**, v. 12, n. 30, p. 117-138, 2019. <https://doi.org/10.20952/revtee.v12i30.9376>

MENEZES, C. A. A.; DIAS, A. F.; SANTOS, M. S. What pedagogical innovation does queer pedagogy propose to the school curriculum?. **Revista Práxis Educacional**, v. 16, p. 241-258, 2020. <https://doi.org/10.22481/praxisedu.v16i37.6168>

MORAIS, J. F. S.; BAIÃO, J. C.; DE FREITAS, C. J. Questões de gênero e sexualidade na escola: narrativas docentes. **Revista Tempos e Espaços em Educação**, v. 13, n. 32, p. 1-15, 2020. <https://doi.org/10.20952/revtee.v13i32.11565>

MMM. MARCHA MUNDIAL DAS MULHERES. 24 de abril: dia internacional de ação feminista contra o poder das corporações na vida das mulheres! **Marcha Mundial das Mulheres**, 2017. Disponível em: <https://www.marchamundialdasmulheres.org.br/24-de-abril-dia-internacional-de-acao-feminista-contra-o-poder-das-corporacoes-na-vida-das-mulheres/>. Acesso em: 3 dez. 2020.

MMM. MARCHA MUNDIAL DAS MULHERES. Declaração do Comitê Internacional da Marcha Mundial das Mulheres para o 8 de março de 2018. **Marcha Mundial das Mulheres**, 2018a. Disponível em: http://www.marchamundialdasmulheres.org.br/declaracao-do-comite-internacional-da-marcha-mundial-das-mulheres-para-o-8-de-marco-de-2018/?fbclid=IwAR2Q5F8xr_UOc7MVw3VCqB0no3FNi6kH61Y4iNRYJeNRBDBW-70oB05mPE4. Acesso em: 3 dez. 2020.

MMM. MARCHA MUNDIAL DAS MULHERES. Mulheres de todo o mundo fazem atos pelo aborto legal na Argentina. **Marcha Mundial das Mulheres**, 2018b. Disponível em: <http://www.marchamundialdasmulheres.org.br/mulheres-de-todo-o-brasil-fazem-atos-pelo-aborto-legal-na-argentina/>. Acesso em: 3 dez. 2020.

MMM. MARCHA MUNDIAL DAS MULHERES. Feministas vão às ruas contra Bolsonaro no 8 de março. **Marcha Mundial das Mulheres**, 2020. Disponível em: <http://www.marchamundialdasmulheres.org.br/feministas-vaao-as-ruas-contra-bolsonaro-no-8-de-marco/>. Acesso em: 30 dez. 2020.

NASCIMENTO, A. P. L., & CRUZ, M. H. S. (2021). Feminist and transfeminist ciberativisms in Brazil. **Journal of Research and Knowledge Spreading**, v. 2, n. 1), p. e12353. <https://doi.org/10.20952/jrks2112353>

NATANSOHN, Graciela; REIS, Josemira Silva. Com quantas hashtags se constrói um movimento? O que nos diz a “Primavera Feminista” brasileira. **Tríade: Revista de Comunicação, Cultura e Mídia**, Sorocaba, SP, v. 5, n. 10, 2017, p. 113-130. Disponível em:

<http://periodicos.uniso.br/ojs/index.php/triade/article/view/3096/2817>. Acesso em: 13 fev. 2021.

PIZA, Paulo Toledo. Manifestação contra Cunha bloqueia vias na região da Avenida Paulista. **G1 São Paulo**, São Paulo, 2015. Disponível em: <http://g1.globo.com/sao-paulo/noticia/2015/11/manifestacao-contracunha-fecha-sentido-da-avenida-paulista.html>. Acesso em: 1 dez. 2020.

PINTO, É. J. S.; CARVALHO, M. E. P.; RABAY, G. As relações de gênero nas escolhas de cursos superiores. **Revista Tempos e Espaços em Educação**, v. 10, n. 22, p. 47-58, 2017. <https://doi.org/10.20952/revtee.v10i22.6173>

PORTELA, Laércio. 8 de março de 2017: uma jornada histórica do movimento feminista. **Marco Zero Conteúdo**, Recife, 2017. Disponível em: <https://marcozero.org/8-de-marco-de-2017-uma-jornada-historica-do-movimento-feminista/>. Acesso em: 2 dez. 2020.

ROSSI, Amanda; CARNEIRO, Julia Dias; GRAGNANI, Juliana. #EleNão: A manifestação histórica liderada por mulheres no Brasil vista por quatro ângulos. **BBC News Brasil**, São Paulo, 2018. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-45700013>. Acesso em: 4 dez. 2020.

REIS, S. M. A. O.; AGUIAR, S. G.; PAES, V. N. Women's entrance to the university: ambitions, difficulties and the desire to proceed. **Revista Tempos e Espaços em Educação**, v. 13, n. 32, p. 1-21, 2020. <https://doi.org/10.20952/revtee.v13i32.12977>

RIOS, P. P. S.; VIEIRA, A. R. L. The emerging of a gender discourse in education: the differences in the school space. **Revista Tempos e Espaços em Educação**, v. 13, n. 32, p. 1-18, 2020. <https://doi.org/10.20952/revtee.v13i32.13061>

SILVEIRA, Daniel. Protesto contra Eduardo Cunha reúne mulheres no Centro do Rio. **G1 Rio**, Rio de Janeiro, 2015. Disponível em: <http://g1.globo.com/rio-de-janeiro/noticia/2015/11/protesto-contracunha-reune-mulheres-no-centro-do-rio.html>. Acesso em: 1 dez. 2020.

SOF. SEMPREVIVA ORGANIZAÇÃO FEMINISTA. 24/4: Mulheres de todo o Brasil estarão nas ruas denunciando a Reforma da Previdência. **Sempreviva Organização Feminista**, São Paulo, 2017. Disponível em: <https://www.sof.org.br/244-mulheres-de-todo-o-brasil-estarao-nas-ruas-denunciando-a-reforma-da-previdencia/>. Acesso em: 3 dez. 2020.

TERESHCHENKO, E. A. et al. Legal consciousness as a factor promoting the achievement of educational objectives and the realization of the right to education by individuals and collectives. **Revista Tempos e Espaços em Educação**, v. 13, n. 32, p. 1-21, 6 nov. 2020. <https://doi.org/10.20952/revtee.v13i32.14690>

WARKEN, Júlia. Policiais finalmente são indiciados pela morte de Luana Barbosa dos Reis. **Claudia**, São Paulo, 2020. Disponível em: <https://claudia.abril.com.br/sua-vida/policiais-finalmente-sao-indiciados-pela-morte-de-luana-barbosa-dos-reis/>. Acesso em: 8 dez. 2020.

SOBRE AS AUTORAS:

Maria Helena Santana Cruz

Pós-Doutora em Sociologia da Educação, Universidade Federal de Sergipe (UFS); Professora dos Programas de Pós-Graduação em Educação e em Serviço Social da UFS, São Cristóvão, Brasil; Coordenadora do Grupo de Pesquisa certificado pelo CNPq “Educação, Formação, Processo de Trabalho e Relações de Gênero”. E-mail: helenacruz@uol.com.br

 <https://orcid.org/0000-0002-7794-278X>

Ana Paula Leite Nascimento

Pós-Doutora em Educação, Universidade Federal de Sergipe (UFS); Assistente social do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Sergipe, Lagarto, Brasil; Programa de Pós-Graduação em Educação/UFS; Pesquisadora do Grupo de Pesquisa “Educação, Formação, Processo de Trabalho e Relações de Gênero”. E-mail: paulajcbrasil@yahoo.com.br

 <https://orcid.org/0000-0002-2050-1596>

Recebido em: 28 de junho de 2021
Aprovado em: 18 de agosto de 2021
Publicado em: 03 de setembro de 2021